

ATA DA REUNIÃO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO DIA 28 DE AGOSTO
DE 2014.

Aos Vinte e Oito dias do mês de Agosto de dois mil e quatorze, às quinze horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara, foi realizada a reunião do licenciamento ambiental, **conforme solicitação feita, através de requerimento verbal pela Vereadora Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira, em Sessão Ordinária do dia último dia vinte e cinco do corrente, solicitando ao Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Arleu Machado de Oliveira que agendasse reunião para a data de hoje, quinta feira, dia vinte e oito de agosto de dois mil e quatorze, às quinze horas, convidando as senhoras Maria Alice Fleck Tedesco e a senhora Dione Maria Gelinger da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Presidente da ACON de Taquara senhor Eduardo Timmen, Executivo Municipal Senhor Tito Livio Jaeger Filho e demais Vereadores, para tratarmos do assunto referente à Lei Municipal nº 3.810/2006, que regulamenta e institui taxas para as atividades de licenciamento ambiental. Na oportunidade, a vereadora ratificou o interesse desta Casa, em intermediar essa discussão para atendermos as reivindicações da população microempreendedora, no intuito de fortalecer os empreendimentos do nosso Município.** Na reunião compareceu Secretário do Meio Ambiente senhor Sergio Luiz Prates de Moraes, a Bióloga senhora Maria Alice Fleck Tedesco, Senhora Dione Maria Gelinger, Vereadora Sandra Beatriz Schaeffer, Vereadora Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira, proponente, Senhor Paulo Silva, Senhora Nara Mattos, Senhora Beatriz Gallas Carniel e Senhor Cristiano Gomes, contadores representando a ACON. Iniciou a reunião a **Senhora Maria Alice** explicando que o licenciamento ambiental é necessário quando a empresa produz resíduo que está especificado na Resolução nº 237/97 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), explicou sobre a necessidade de se incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua. Explanou sobre o Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. Na sequência o **Senhor Paulo Silva** questionou sobre pequenas empresas que não tem técnico para fazer o licenciamento e da dificuldade do contador em fazer o licenciamento e explicar ao proprietário da empresa a necessidade de fazer tal licenciamento, pede que a secretaria de meio ambiente encontre uma maneira de divulgar essa obrigatoriedade do licenciamento. Em seguida a **Senhora Dione** explica que ao visitar uma empresa, constatando irregularidade precisa notificar o proprietário e após o prazo previsto deve fiscalizar e autuar se não foi regularizado, caso contrário o tribunal de contas fará apontamento de recusa de receita e quando a PATRAN notifica as empresas, ela também precisa fiscalizar e autuar se não foi regularizado no prazo previsto. **Senhora Alice** explica que a empresa que foi notificada pelo meio ambiente deve parar suas atividades até receber a licença ambiental, caso contrário, será multada e responderá processo judicial. Seguindo, a **Senhora Nara Mattos**, questiona se os comércios devem fazer o licenciamento ambiental, e a **Senhora Dione** explica que somente precisa licenciamento ambiental as empresas que se enquadram no anexo único da resolução CONSEMA, nº 102/2005 e, que o comércio está dispensado desta licença. Prosseguindo, a **Senhora Nara** questiona o valor das taxas, exemplificando que o

pequeno empreendedor, busca a formalização e ao se deparar com os valores, desiste, dando sequência ao seu trabalho na informalidade. A **Senhora Alice** explica que depende do porte e do potencial poluidor da empresa, conforme anexo único do CONSEMA e, que as empresas inicialmente, pagam três taxas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) num ato só e o prazo da licença é de 1 ano, prorrogável por mais 4 anos, se estiver de acordo com as normas do meio ambiente. Dando continuidade, o **Senhor Cristiano Gomes** questiona sobre o alvará dos bombeiros e a **Senhora Alice** explica que sem o alvará dos bombeiros não tem licença ambiental. Na sequência, o **Senhor Paulo** pergunta sobre as empresas que ainda não tem o licenciamento ambiental e a **Senhora Alice** explica que o melhor é providenciar logo o licenciamento antes que a fiscalização proceda a notificação, pois o prazo ficará menor para a empresa. Seguindo, a **Senhora Dione** explicou que a PATRAN está fazendo uma força tarefa de fiscalização e está notificando oficinas mecânicas, borracharias etc. A **Vereadora Sandra** comentou que o cerco está se fechando. Prosseguindo a **Senhora Alice** entregou uma tabela comparativa, dos valores das taxas de licenciamento das cidades de Igrejinha, Parobé e Taquara. Nesse momento o **Secretário Sergio Prates de Moraes** falou da dificuldade de conscientizar os empresários para o desenvolvimento sustentável. Durante o desenvolvimento dos questionamentos o Senhor Cristiano interpelou sobre uma redução nas taxas, sugerindo a intermediação dos legisladores, no que, de pronto, a **Vereadora Sirlei Silveira**, colaborou, afirmando que os legisladores não tem poder para interferir em valores estipulados para taxas e tributos, sendo da alçada exclusiva do Executivo, mas declarou que iniciativas como a do encontro, em questão, foram estabelecidas, no intuito de formalizar uma parceria, entre os poderes e a ACON, para juntos chegarem a um consenso e facilitarem a regularização de todos, colaborando para que, cada vez mais, pequenos empreendedores busquem a formalização. Concluindo os esclarecimentos, ficou combinado que haverá outra reunião na sede da ACON, com os contabilistas e as senhoras Alice Fleck Tedesco e Dione Maria Gelinger para um melhor esclarecimento da resolução CONSEMA nº 102/2005. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a reunião e eu, Arlete Teresinha Ferreira, Servidora desta Casa Legislativa, lavro a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos Vereadores presentes nesta reunião, juntamente com a lista de presenças. Taquara, 28 de agosto de 2014.